

ALTERAÇÃO Nº 2

AVISO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS POR CONVITE

AVISO N.º CENTRO 14-2016-16

PI 6.3

**PRODUTOS TURÍSTICOS INTEGRADOS DE BASE
INTERMUNICIPAL**

?? DE MARÇO DE 2017

Índice

Preâmbulo.....	3
1. Objetivos e prioridades de investimento visadas	4
2. Tipologia das operações	5
3. Entidades beneficiárias	6
4. Área geográfica de aplicação	6
5. Condições específicas de acesso deste Aviso.....	6
6. Regras e limites à elegibilidade de despesas	8
7. Metodologia e Critérios de seleção das candidaturas	9
8. Limite ao número de candidaturas	11
9. Taxas de financiamento das despesas elegíveis	11
10. Forma e limites dos apoios.....	11
11. Modalidades, procedimentos e prazo para apresentação das candidaturas.....	11
12. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas	12
13. Aceitação da decisão	12
14. Dotação indicativa do fundo a conceder.....	13
15. Identificação dos indicadores de resultado a alcançar.....	14
16. Programas Operacionais Financiadores	14
17. Organismos Intermédios responsáveis pela análise	14
18. Divulgação de resultados e pontos de contacto	14
ANEXO A - Limites à elegibilidade de despesa	16
ANEXO B - Estrutura Indicativa do Programa de Ação.....	18
ANEXO C - Metodologia e critérios de seleção das candidaturas	19
ANEXO D - Diagrama dos procedimentos de análise e decisão das candidaturas.....	21

Preâmbulo

Tendo em vista os compromissos assumidos por Portugal ao nível europeu, em matéria de património natural e cultural, para o período 2014-2020 (nomeadamente através do aumento do número de visitantes, associado a um aumento do número de turistas e da sua estadia média), bem como o objetivo da Região Centro em posicionar-se como destino turístico de excelência, é pretensão do Programa CENTRO 2020 contribuir para a preservação dos valores naturais e culturais, por via da sua promoção e da sua valorização turística, enquanto fatores de competitividade no modelo regional de desenvolvimento económico, apoiando iniciativas que visem:

- Incrementar o turismo cultural;
- Criar emprego e riqueza, valorizando os equipamentos associados ao património;
- Alargar os potenciais beneficiários e a captação de fluxos turísticos, dinamizando os espaços culturais existentes através de uma programação em rede.

No sentido de dar coerência e reforçar o impacto das ações de promoção turística, a Autoridade de Gestão do CENTRO 2020 aprovou uma proposta de alinhamento das opções estratégicas do Turismo Centro de Portugal com as prioridades de investimento previstas no Programa Operacional Regional.

As opções estratégicas, alinhadas com as prioridades do CENTRO 2020, são:

- Apostar na valorização turística dos recursos culturais, históricos e patrimoniais da região, em particular dos que fazem parte da lista património mundial da UNESCO;
- Apostar na valorização, qualificação e promoção turística de territórios de elevado valor natural, cultural e paisagístico, potenciando o desenvolvimento de produtos turísticos assentes na qualificação de percursos, rotas, redes, eventos ou outros mecanismos de agregação e de criação de sinergias supramunicipais;
- Apostar na promoção integrada e eficaz dos recursos, produtos e serviços turísticos da região.

Em termos operacionais, a proposta aprovada integra as seguintes tipologias de operações:

- A criação de um produto turístico integrado associado aos Lugares Património Mundial do Centro;
- A criação e/ou desenvolvimento de um ou vários produtos turísticos âncora em cada uma das Comunidades Intermunicipais da Região - Produtos Turísticos Integrados de Base Intermunicipal;

- Um programa integrado de Promoção e Comunicação, que visa promover os territórios e produtos turísticos regionais, bem como ativar a marca turística regional, fazendo convergir e dando escala às distintas marcas sub-regionais.

Nos Produtos Turísticos Integrados de Base Intermunicipal pretende-se apoiar, entre outros, o desenvolvimento de rotas ou itinerários temáticos integrados nas áreas de intervenção definidas, de carácter intermunicipal ou regional que tenham como objetivo o reforço da atratividade turística. As ações devem configurar atividades que promovam a sustentabilidade do produto turístico.

Tendo em conta que muitos dos recursos endógenos que existem na Região não têm ainda associados produtos turísticos devidamente organizados e preparados para colocação no mercado, que possibilite a utilização sustentável por turistas que venham a visitar a região, serão também apoiadas intervenções que aprofundem o conhecimento sobre os recursos disponíveis, que inovem na forma de os valorizar e que os organizem em rede.

Estas abordagens são pertinentes numa base territorial com escala suficiente para afirmar produtos turísticos atrativos (NUTS III).

Assim, nos termos do artigo 16.º do Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015 de 06 de outubro, e do Regulamento Específico do Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, doravante designado por RESEUR, publicado através da Secção 17 da Portaria n.º 57-B/2015, de 27 de fevereiro, alterada pelas Portarias n.º 404-A/2015, de 18 de novembro, e n.º 238/2016, de 31 de agosto, que estipula que as candidaturas podem ser apresentadas no âmbito de um procedimento de concurso ou por convite, cujos Avisos são divulgados através do Portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt), foi elaborado o presente Aviso para apresentação de candidaturas por Convite nos termos do previsto no artigo 4.º e n.º 6 do artigo 16.º do Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015 de 06 de outubro.

1. Objetivos e prioridades de investimento visadas

O objetivo específico deste Convite consiste em conceder apoios financeiros a ações que visem a dinamização, promoção e desenvolvimento do ativo patrimonial da Região Centro através da valorização dos fatores específicos e distintivos dos seus recursos patrimoniais culturais, naturais e paisagísticos, enquanto instrumentos de diferenciação e competitividade dos territórios, designadamente enquanto referências regionais de excelência que alavanquem a

animação e a efetiva qualificação da oferta turística que os integra (Prioridade de Investimento (PI) 6.3/6c).

Pretende-se assim reforçar a notoriedade nacional e internacional da Região, com vista à sua sustentabilidade e competitividade, por via da difusão e comercialização dos destinos e produtos turísticos associados aos recursos endógenos nela sedeados de caráter único e distintivo, sob o compromisso da sua preservação. Neste contexto, é dada primordial relevância à criação ou qualificação de produtos turísticos diferenciadores e integrados, que sinalizem positivamente o uso eficiente dos recursos envolvidos, de caráter intermunicipal ou regional, suportados em produtos âncora alinhados com os vetores enunciados no Plano de Marketing da Entidade Regional de Turismo do Centro.

De acordo com as tipologias de operações definidas no artigo 114.º do RESEUR, e tendo em conta o âmbito do presente Convite, será adotada a designação abreviada de “Produtos Turísticos Integrados de Base Intermunicipal”.

2. Tipologia das operações

São suscetíveis de apoio, no âmbito do presente Convite, operações individuais de promoção e comunicação com enquadramento nas seguintes tipologias previstas no artigo 114.º da Portaria n.º 57-B/2015, de 27 de fevereiro:

- a) Apoio à realização de eventos associados ao património, à cultura e a bens culturais, com elevado impacte em termos de projeção da imagem da região, através da programação em rede a nível intermunicipal e ou regional sempre que adequado;
- b) Divulgação e integração territorial, através de iniciativas de cooperação territorial e institucional que permitam integrar a programação cultural, as visitas guiadas e a divulgação de equipamentos, bens culturais e serviços prestados;
- c) Programas e ações de desenvolvimento do turismo associado à natureza, incluindo conteúdos digitais, plataformas digitais e planos de marketing específicos, assentes nos recursos naturais e direcionados para o reforço da visibilidade, interna e externa, das Áreas Classificadas e da região, em articulação com a conservação desses recursos;
- d) Promoção turística de territórios de elevado valor natural, cultural e paisagístico, bem como promoção do turismo da natureza, do turismo aventura ou de práticas mais tradicionais de turismo cultural e turismo religioso;

- e) Criação e promoção de novas rotas turísticas, centradas em recursos e produtos endógenos, artes e saberes e na produção cultural;
- f) Utilização das TICE, sinalética e outros instrumentos de aproximação e visibilidade da região e do seu património nos mercados e junto dos visitantes.

3. Entidades beneficiárias

Tendo por base o disposto no artigo 115º do RESEUR, podem apresentar candidatura ao presente Convite, enquanto potenciais beneficiárias, as Comunidades Intermunicipais (CIM) da Região Centro.

Poderão ainda ser beneficiárias outras entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos quando participem em copromoção com as CIM, desde que justificado face à natureza do projeto.

As CIM assumem a liderança da candidatura, assegurando a função de coordenação e de interlocução perante a Autoridade de Gestão. Nestes casos, deverá ser apresentado um protocolo assinado por todos os parceiros que especifique os direitos e deveres de todas as entidades envolvidas.

4. Área geográfica de aplicação

O presente Convite tem aplicação na NUT II da Região Centro de Portugal, definida de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 244/2002, de 5 de novembro.

5. Condições específicas de acesso deste Aviso

1. Para além dos critérios específicos de elegibilidade do beneficiário e dos projetos, previstos nos artigos 12.º a 15.º, e 24.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e nos artigos 5º, 6º e 116º do RESEUR, no âmbito do presente Convite serão apoiadas operações que sejam da iniciativa de Comunidades Intermunicipais, e que demonstrem:
 - 1.1. Enquadrar-se nos “Produtos turísticos integrados de base intermunicipal”, previstos na Estratégia da Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal para o CENTRO 2020, específicos de cada CIM;

- 1.2. Gerar novos produtos ou qualificar produtos existentes que possuam carácter único e distinto reconhecido, nomeadamente por mecanismos legais de classificação ou certificação;
 - 1.3 Não se sobrepor a outras iniciativas financiadas pelo CENTRO 2020, nomeadamente no contexto da iniciativa PROVERE e outras (por exemplo, relacionadas com o vinho). Quando visarem objetivos e recursos comuns, deverá ser assegurada a sua complementaridade;
 - 1.4. Reunir ou prever a criação de condições de acolhimento que promovam a sustentabilidade do produto turístico (ex.: sinalética, serviços de apoio, horário e visitas guiadas, espaços de interpretação);
 - 1.5. Envolver um conjunto (no mínimo 4) ou a totalidade de municípios da CIM. No caso de produtos turísticos regionais que envolvem várias CIM, mantem-se a regra do número mínimo de 4 municípios, podendo, para este efeito, serem contabilizados os municípios das diferentes CIM envolvidas;
 - 1.6. Garantir a participação do setor privado (ex.: empreendedores, empresas, operadores turísticos);
 - 1.7. Apresentar declaração de cumprimento dos critérios de elegibilidade do beneficiário, estipulados no artigo 13º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015 de 06 de outubro), e da inexistência de impedimentos e condicionamentos estipulados no artigo 14.º do mesmo diploma legal;
 - 1.8. Apresentar certificado da Direção de Serviços do IVA, comprovativo do enquadramento do beneficiário e da atividade a desenvolver resultante da implementação da operação, em termos de regime de dedução do IVA suportado com as despesas previstas na operação, caso o IVA não seja dedutível;
 - 1.9. Dispor de Programa de Ação e respetivo orçamento para o período de programação da operação, devidamente instruído conforme **ANEXO B**.
2. As operações devem ainda obedecer às seguintes condições:
 - 2.1. No caso de ações de eventos que envolvam:
 - 2.1.1. Espetáculos de natureza artística (independentemente do local onde estes sejam promovidos), o seu funcionamento depende de comunicação prévia à IGAC, devidamente instruída de acordo com disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 23/2014, de 14 de fevereiro, bem como deverão, nos termos do artigo 3.º daquele

diploma, as respetivas entidades promotoras deter registo válido, salvo dispensas decorrentes da referida regulamentação.

2.1.2. Espetáculos de natureza artística que sejam promovidos em recintos fixos, deve ainda ser demonstrada a titularidade do espaço pela entidade (se proprietária) ou a existência de acordo plurianual (se gestora), bem como da autorização para a atividade e natureza dos espetáculos, através da obtenção de Documento de Identificação do Recinto (DIR) definitivo e válido por parte da IGAC, nos termos definidos nos artigos 16.º a 19.º do Decreto-Lei n.º 23/2014, de 14 de fevereiro.

6. Regras e limites à elegibilidade de despesas

1. Sem prejuízo das regras e limites à elegibilidade de despesas definidas no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e no artigo 7.º e 117.º do RESEUR, e tendo presente que este Convite se destina exclusivamente a ações com enquadramento na estratégia definida pela Entidade Regional de Turismo do Centro, no âmbito do desenvolvimento e promoção turística da Região, definem-se, nos termos do n.º 11 do artigo 15.º já referido, como elegíveis, as seguintes tipologias de despesa:

- a) Aquisição de serviços especializados indispensáveis à criação e manutenção de conteúdos digitais de promoção dos produtos turísticos integrados de base intermunicipal;
- b) Despesas de promoção, divulgação e publicidade, incluindo assessorias específicas de imprensa e comunicação, desde que associadas especificamente à promoção dos produtos e às atividades de animação, bem como desde que devidamente justificadas pelo tipo de público que se pretende captar e que respeitem as regras de comunicação e publicidade definidas pela regulamentação europeia, nacional e do CENTRO 2020;
- c) Despesas associadas às atividades de promoção de boas práticas e de produtos de excelência;
- d) Realização de estudos, planos, projetos, atividades preparatórias e assessorias diretamente ligados à operação, incluindo a elaboração da Análise Custo-Benefício, quando aplicável;
- e) Aquisição de serviços especializados indispensáveis à criação de novos eventos de animação associados à valorização económica dos recursos;
- f) Despesas de organização de eventos de animação em rede;
- g) Aquisição de conteúdos e informação especializada associada às atividades de animação;

- h) Aluguer de espaços e equipamentos, incluindo suporte logístico, montagem, desmontagem, construção e decoração de espaços e transporte de mostruários e de material informativo e promocional;
- i) Despesas com pessoal dos beneficiários e com viagens e estadias nacionais e internacionais associadas a atividades de inovação relacionadas com a criação de produtos turísticos, nomeadamente novas rotas turísticas, não podendo estas despesas ultrapassar 15% do investimento elegível aprovado por beneficiário (com os limites previstos no **ANEXO A**);
- j) Sinalética associada às rotas (nomeadamente de orientação e de informação).

2. Não serão elegíveis:

- a) Despesas de funcionamento ou de manutenção ligadas a infraestruturas ou equipamentos;
- b) Não serão financiadas ações já contempladas em contratos celebrados com organismos do Ministério da Cultura, por via de apoio direto ou indireto a alguma das entidades parceiras;
- c) Não serão financiados eventos desportivos.

3. No caso de projetos geradores de receita, a despesa elegível de uma operação com custo total igual ou superior a 1 milhão de euros, é reduzida antecipadamente, tendo em conta o potencial da operação para gerar receita líquida ao longo de um determinado período de referência, que abrange tanto a execução da operação como o período após a sua conclusão, nos termos do disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

7. Metodologia e Critérios de seleção das candidaturas

As candidaturas a fundos comunitários são avaliadas com base no seu mérito, tal como definido no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e no artigo 9.º do RESEUR, devendo traduzir o alinhamento com os resultados que se pretende atingir no âmbito do objetivo específico do Programa em que se insere a operação.

Para este efeito deverá dispor de parecer favorável emitido pela ERTC, quanto ao enquadramento da operação no Plano Regional de Turismo e no Plano de Marketing do Turismo do Centro de Portugal.

O indicador absoluto de Mérito do Projeto (MP) resulta da soma ponderada dos critérios de seleção (sendo o resultado arredondado a duas casas decimais), segundo uma metodologia de

cálculo previamente aprovada pelo Comité de Acompanhamento do CENTRO 2020, conforme descrito no **ANEXO C**.

O indicador de MP é calculado com base na seguinte fórmula:

$$MP = 0,10*a + 0,20*b + 0,15*c + 0,10*d + 0,10*e + 0,10*f + 0,10*g + 0,10*h + 0,05*i$$

Em que:

a = Contributo para os indicadores de resultado definidos para a PI no PO

b = Impacto na dinamização da procura de bens naturais/culturais e na captação de fluxos turísticos

c = Qualidade geral da operação

d = Contributo para os objetivos previstos nos documentos estratégicos da política territorial (nacional ou regional ou local) e setorial relevantes

e = Grau de complementaridade com outras intervenções (nomeadamente, na área da regeneração urbana ou na área da preservação e valorização do património natural e cultural) ou com ações cofinanciadas por outros instrumentos de financiamento, nacionais e comunitários

f = Existência, adequação e capacidade de parcerias estabelecidas com vista à realização da operação

g = Relevância da operação quanto à sua integração em itinerários de turismo sustentável ou em circuitos turístico-culturais

h = Contributo para a criação de novos públicos

i = Âmbito territorial da operação, avaliado através da cobertura geográfica da intervenção (da maior para a menor) [Nacional; Regional; Local]

A valoração dos critérios de seleção é atribuída numa escala compreendida entre 1 a 5.

Sempre que os elementos disponibilizados pelo beneficiário não permitam classificar de forma fundamentada um determinado critério, será atribuída a pontuação de 1.

Para efeitos de seleção consideram-se elegíveis os projetos que obtenham uma pontuação de mérito absoluto final (MP) igual ou superior a 3, até ao limite orçamental definido por CIM no ponto 14. deste Aviso.

Conjuntamente com o presente Aviso é disponibilizado o documento de Referencial de Análise de Mérito do Projeto.

Não havendo lugar a concorrência na concretização e no financiamento das operações, estas são avaliadas com base no seu mérito absoluto.

8. Limite ao número de candidaturas

Cada Comunidade Intermunicipal apenas pode apresentar uma candidatura.

9. Taxas de financiamento das despesas elegíveis

A taxa máxima de financiamento é de 85%.

O apoio a atividades de animação ou eventos, quando realizados de forma continuada, estará limitada a três anos e com intensidade degressiva do financiamento (investimento elegível no 2º ano igual a 90% do primeiro e no 3º ano igual a 80% do primeiro).

10. Forma e limites dos apoios

Os apoios a conceder às candidaturas a aprovar no âmbito do presente Convite assumem a forma de subvenções não reembolsáveis, nos termos do artigo 118.º do RESEUR.

11. Modalidades, procedimentos e prazo para apresentação das candidaturas

A apresentação de candidaturas é efetuada através de formulário eletrónico no Balcão 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>).

Para apresentar a candidatura é indispensável que o beneficiário tenha efetuado registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual o beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, a Região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada o beneficiário deve confirmar e completar os seus dados de caracterização de entidade que serão usados nas suas candidaturas ao Portugal 2020.

O prazo para a apresentação de candidaturas decorre entre o dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso, de acordo com o seguinte plano de apresentação de candidaturas:

- Fase 1: até 31.03.2017
- Fase 2: até 02.05.2017

A data e hora de entrada das candidaturas são as do registo que comprova a submissão do correspondente formulário no Balcão 2020.

12. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas

A candidatura é analisada e selecionada de acordo com os critérios de elegibilidade e os critérios de seleção previstos neste Aviso.

A decisão fundamentada sobre o financiamento a atribuir às candidaturas é proferida pela Autoridade de Gestão (AG) no prazo de 60 dias úteis, a contar da data de submissão da candidatura.

O prazo referido suspende-se quando sejam solicitados ao candidato quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez. A não apresentação pelo candidato, no prazo de 10 dias úteis, dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados significará a desistência da candidatura.

Na fase de notificação da proposta de decisão, os candidatos poderão ainda ser ouvidos no procedimento de audiência prévia, nos termos legais (CPA), sendo concedido um prazo máximo de 10 dias úteis para apresentar eventuais alegações em contrário, contados a partir da data da receção da referida notificação.

No **ANEXO D** apresenta-se o diagrama ilustrativo sobre os procedimentos de análise e decisão das candidaturas.

13. Aceitação da decisão

A aceitação da decisão da concessão do cofinanciamento é feita mediante a assinatura do termo de aceitação ou contrato a qual é submetida eletronicamente e autenticada nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação ou contrato no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável ao candidato.

14. Dotação indicativa do fundo a conceder

A dotação do cofinanciamento FEDER a atribuir à totalidade das operações a selecionar no âmbito do Convite abrangido pelo presente Aviso é de 9.292.500,00€ (nove milhões duzentos e noventa e dois mil e quinhentos euros) integrando as seguintes componentes:

- (1) 8.500.000,00€, referente à distribuição por CIM, tendo por base critérios como o peso de cada CIM no número de camas e dormidas na hotelaria da Região Centro e as características do território;
- (2) 792.500,00€, referente à dotação alocada por CIM a este aviso (retirado da dotação do respetivo PDCT na tipologia “Património Natural”)

Unidade: mil euros

CIM	(1)	(2)	TOTAL
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA BEIRA BAIXA	600		600
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA	1.000		1.000
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO	1.300		1.300
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE	1.300	212,5	1.512,5
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE AVEIRO	1.000		1.000
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA	1.300		1.300
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE LEIRIA	1.000		1.000
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DE VISEU DÃO LAFÕES	1.000	580	1.580

15. Identificação dos indicadores de resultado a alcançar

Os critérios de seleção a. “Contributo para os indicadores de resultado definidos para a PI no PO” e b. “Impacto na dinamização da procura de bens naturais/culturais e na captação de fluxos turísticos” contribuem para o alinhamento do projeto com os resultados do PO.

Prosseguindo essa orientação para resultados, são objeto de contratualização e monitorização, para as candidaturas a apoiar no âmbito do presente Aviso, os seguintes indicadores de realização e de resultado:

1. Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e atrações apoiados
2. Espectadores (animação cultural)
3. Número de ações de valorização dos recursos endógenos

O resultado das operações será objeto de contratualização com a entidade beneficiária tendo em conta a natureza da intervenção, ajustando-se a utilização dos indicadores acima propostos.

16. Programas Operacionais Financiadores

O financiamento dos projetos de investimento no âmbito deste Convite é assegurado pela AG do Programa Operacional Regional do Centro.

17. Organismos Intermédios responsáveis pela análise

Não aplicável.

18. Divulgação de resultados e pontos de contacto

No portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt) os candidatos têm acesso a:

- a) Outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora;

- b) Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso;
- c) Pontos de contato para obter informações adicionais;
- d) Resultados deste concurso.

Coimbra, 24 de março de 2017

A Presidente da Comissão Diretiva do Programa
Operacional Regional do Centro

Ana Abrunhosa

ANEXO A - Limites à elegibilidade de despesa

Definem-se os seguintes limites à elegibilidade de despesas e condições específicas à sua aplicação:

1. Pessoal técnico do beneficiário

O apuramento das despesas elegíveis com pessoal técnico do beneficiário, contratado ou a contratar, efetua-se de acordo com a seguinte metodologia:

- a. É elegível o salário base mensal, na proporção da afetação temporal ao projeto, acrescido dos encargos sociais obrigatórios;
- b. Concorre para o salário base mensal o conjunto de todas as remunerações de caráter certo e permanente sujeitas a tributação fiscal e declaradas para efeito de proteção social do trabalhador, que pode incluir a isenção de horário de trabalho e as diuturnidades;
- c. Não são considerados elegíveis os recursos humanos que integram os órgãos sociais dos beneficiários, nem as prestações de serviços em regime de profissão liberal;

2. Viagens e estadas

No âmbito das despesas referentes a deslocações e estadas da equipa técnica do beneficiário, consideram-se elegíveis despesas indispensáveis e diretamente imputáveis ao projeto incorridas com:

- a. Viagens, em classe económica, em Portugal e no estrangeiro, em transportes públicos (comboio, autocarro, barco, metro e táxi);
- b. Viagens em Portugal utilizando viatura própria (do funcionário e ao serviço da entidade beneficiária), até ao limite por quilómetro fixado para os funcionários da Administração Pública, acrescido dos encargos com portagens e estacionamento;
- c. Viagens em Portugal, em viatura de aluguer, que inclui o custo do aluguer, do combustível e das portagens, se esta opção se revelar economicamente mais vantajosa que a anterior e ocorrer apenas para o apoio exclusivo das atividades do projeto;
- d. Viagens no estrangeiro, em viatura de aluguer, se esta opção se revelar indispensável por inexistência de transportes públicos;
- e. Viagens de avião, em classe turística, de e para o estrangeiro, e até ao limite de €700, em deslocações dentro da Europa, e de €1.400 em deslocações para fora do espaço europeu (ida e volta);
- f. As despesas com alojamento e alimentação sob a forma de ajuda de custo estão limitadas aos montantes fixados para os funcionários da Administração Pública.

- g. As despesas de alojamento, quando não suportadas sob a forma de ajuda de custo, podem ser elegíveis, até aos seguintes limites:
 - Alojamento em Portugal até ao limite de €70/noite/pessoa;
 - Alojamento no estrangeiro até ao limite de €180/noite/pessoa;
- h. As despesas de alimentação, quando não suportadas sob a forma de ajuda de custo, estão limitadas aos montantes fixados para os funcionários da Administração Pública.

Poderão ainda ser elegíveis, até aos limites previstos anteriormente, os custos associados a visitas aos territórios relacionados com os produtos turísticos/recursos de jornalistas, *opinion-makers* e operadores de mercado para conhecimento da oferta associada, desde que devidamente discriminadas e justificadas no quadro do projeto.

3. Outras despesas

No âmbito de ações de promoção e divulgação, no país ou no estrangeiro, poderão ser consideradas, desde que devidamente justificadas no quadro do projeto, despesas com alimentação dos participantes (ações de grupo) até ao limite de €25/pessoa por almoço e/ou jantar e de €5/pessoa por *coffee-break*.

ANEXO B - Estrutura Indicativa do Programa de Ação

O Programa de Ação é uma das peças da candidatura, devendo ser enviado como documento anexo ao formulário de candidatura. O Programa de Ação deverá conter os seguintes conteúdos:

- a. Uma Memória Descritiva;
- b. Quadro com lista das iniciativas com cronograma (por ano) de execução financeira (Quadro 1 - do ficheiro “Anexo_Iniciativas_e_FichaIndividual”);
- c. Ficha individual de descrição das iniciativas (Quadro 2 - do ficheiro “Anexo_Iniciativas_e_FichaIndividual”);
- d. Quadros com detalhe orçamental global (Quadros I e II - Ficheiro “Anexo_Quadro_Generico_e_Desocações”);
- e. Anexo_Igualdade de Oportunidades e da não discriminação_CENTRO;
- f. Anexo_Declaracao Compromisso Beneficiário;
- g. Anexo_Declaracao Compromisso_TOC_ROC_ResponsavelFinanceiro;
- h. Anexo_Defice_financiamento;
- i. Anexo_Regras Ambientais_CENTRO.

A Memória Descritiva (máximo 15 páginas) da operação deverá incluir os seguintes aspetos:

- a. Descrição sucinta dos objetivos a atingir com a operação candidata, que concorrem para a prossecução das opções estratégicas do Turismo Centro de Portugal com as prioridades de investimento previstas no Programa Operacional Regional;
- b. Descrição e caracterização sumária das ações a realizar no âmbito da operação, evidenciando o seu enquadramento nas tipologias de despesas elegíveis no presente Aviso de Concurso;
- c. Apresentação de informação clara e objetiva sobre os indicadores de realização e de resultado da operação, permitindo avaliar o contributo da operação para os respetivos objetivos, bem como monitorizar o grau de execução da operação e o cumprimento dos resultados previstos;
- d. Apresentação de informação clara e objetiva relativa ao contributo da operação para cada um dos critérios de seleção definidos no presente Aviso de Concurso.

Segue em anexo um “Guia de ajuda ao preenchimento da Memória Descritiva e Justificativa”.

ANEXO C - Metodologia e critérios de seleção das candidaturas

As candidaturas são avaliadas com base no seu mérito, sendo que esta avaliação é feita por aplicação da metodologia e dos critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do Programa Operacional “Centro 2020”.

Para a tipologia de intervenção foram identificados os critérios de seleção a aplicar, em função da sua adequação ao que se pretende avaliar.

Os critérios de seleção serão alinhados de acordo com os seguintes princípios gerais:

Categoria	Descrição
A. Eficácia	Mede, sempre que possível, o contributo da operação para as metas dos indicadores definidos para a Prioridade de Investimento e Objetivo(s) Específico(s) onde a operação se insere e/ou para outros resultados a que se propõe.
B. Adequação à Estratégia	Nos casos aplicáveis, mede o contributo da operação para as estratégias da política territorial (nacional, regional ou local) e setorial relevantes.
C. Eficiência e Sustentabilidade	Avalia a operação na perspetiva da racionalidade na alocação dos recursos financeiros disponíveis, privilegiando investimentos em áreas deficitárias e avaliando a oportunidade da sua realização, em relação à implementação de medidas que assegurem a sua sustentabilidade (temporal, ambiental, económica, financeira).
D. Abordagem Integrada	Nos casos aplicáveis, avalia a operação na perspetiva do seu efeito de articulação, quer no que respeita às complementaridades com outras ações já financiadas por instrumentos/programas nacionais e comunitários, introduzindo um fator de escala e de ampliação de efeitos dessas ações, às parcerias com terceiros que promovam sinergias, quer ainda à abrangência territorial que potencie os efeitos da operação.

Para cada uma das categorias foram definidos os seguintes critérios de seleção:

Categoria	Critérios de seleção	Valoração		Ponderação
A	a. Contributo para os indicadores de resultado definidos para a PI no PO	Muito Elevado	5	10% - 15%
		Elevado	4	
		Médio	3	
		Reduzido	2	
		Muito reduzido	1	
A	b. Impacto na dinamização da procura de bens naturais/culturais e na captação de fluxos turísticos	Muito Elevado	5	10% - 20%
		Elevado	4	
		Médio	3	
		Reduzido	2	
		Muito reduzido	1	

Categoria	Critérios de seleção	Valoração		Ponderação
B	c. Qualidade geral da operação, avaliada através: c.1) Fundamentação e pertinência dos objetivos a atingir; c.2) Coerência e razoabilidade da estrutura de custos; c.3) Carácter inovador das soluções propostas, nomeadamente no âmbito da sustentabilidade; c.4) Dimensão do(s) evento(s) - no caso de eventos culturais.	Muito Elevado Elevado Médio Reduzido Muito reduzido	5 4 3 2 1	15% - 25%
C	d. Contributo para os objetivos previstos nos documentos estratégicos da política territorial (nacional ou regional ou local) e setorial relevantes	Muito Elevado Elevado Médio Reduzido Muito reduzido	5 4 3 2 1	5% - 10%
D	e. Grau de complementaridade com outras intervenções (nomeadamente, na área da regeneração urbana ou na área da preservação e valorização do património natural e cultural) ou com ações cofinanciadas por outros instrumentos de financiamento, nacionais e comunitários	Muito Elevado Elevado Médio Reduzido Muito reduzido	5 4 3 2 1	5% - 10%
D	f. Existência, adequação e capacidade de parcerias estabelecidas com vista à realização da operação	Muito Elevado Elevado Médio Reduzido Muito reduzido	5 4 3 2 1	5% - 10%
D	g. Relevância da operação quanto à sua integração em itinerários de turismo sustentável ou em circuitos turístico-culturais	Muito Elevado Elevado Médio Reduzido Muito reduzido	5 4 3 2 1	5% - 10%
D	h. Contributo para a criação de novos públicos	Muito Elevado Elevado Médio Reduzido Muito reduzido	5 4 3 2 1	5% - 10%
D	i. Âmbito territorial da operação, avaliado através da cobertura geográfica da intervenção (da maior pontuação para a menor) [Nacional; Regional; Local]	Muito Elevado Elevado Médio Reduzido Muito reduzido	5 4 3 2 1	5% - 10%

ANEXO D - Diagrama dos procedimentos de análise e decisão das candidaturas

